

A maioria não quer diretas-já

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A campanha das "diretas-já" não empolga a maioria dos constituintes que não acreditam na eleição do sucessor do presidente José Sarney logo após a promulgação da nova Constituição do País, conforme preconiza o governador do Rio, Leonel Brizola. Senadores e deputados não crêem que a crise econômico-financeira se agrave a ponto de exigir a mutilação do mandato do chefe do governo.

"Para precipitar as 'diretas-já' será necessária uma catástrofe", é a opinião do presidente do maior partido de oposição, senador Jarbas Passarinho (PDS-PA).

A tese tem sido levantada pelo governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, que pretende percorrer os Estados levantando a bandeira, sob o pretexto da ilegitimidade do mandato de Sarney e do malogro de sua política econômico-financeira. No Congresso, há indicações de que, além de alguns votos de parlamentares de seu partido, Brizola já obteve a adesão do senador Ruy Barcelar (PMDB-BA) que quer a convocação de eleições presidenciais diretas, 180 dias após a promulgação da nova Carta magna, posição que surpreendeu seus colegas do PMDB.

"Tudo depende da crise. Ela é que motivará as 'diretas-já'. Se for superada, não se fala mais nisso. A campanha será inócua", disse José Fernandes (PDT-AM), ex-prefeito de Manaus.

"O Brizola foi à terra dos cangurus para ver quem pula mais longe", brincou o senador Mário Maia (PDT-AC). Para o senador, a campanha pelas "diretas-já" "vai pegar mais que sarampo em criança não vacinada". O ambiente se torna cada vez mais favorável para ela voltar às ruas e praças com bastante êxito. "Se voltar, serei, como da outra vez, soldado de primeira linha".

"Será difícil defender as diretas, principalmente se as novas medidas econômicas de combate à inflação, à carestia, à miséria dos trabalhadores derem certo. Todos querem que o governo acerte" — diz o senador Chagas Rodrigues (PMDB-PI).

O senador José Richa (PMDB-PR) acredita que se fizesse isso a Constituinte estaria dando um golpe. "E quem se aventuraria a dar golpe sem risco do contragolpe? Em que isso interessa ao País?"

O mandato do presidente deve ser de quatro anos, segundo a opinião de Eduardo Bonfim (PC do B-AL). "A nós não interessa a desestabilização, e, sim, a consolidação do regime."

O experiente senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) afirma que não se pode estar fazendo projeto para daqui a oito meses, mas é contra a idéia, em princípio. "Governo provisório não consegue prorrogar um pagão por um dia, uma semana, quanto mais negociar a dívida externa. Que o Brizola queira isso, ainda se entende. A iniciativa, vindo de alguém do PMDB, me parece intempestiva."

"Se Brizola for candidato é possível que dispute o lugar de rainha da Inglaterra. A inclinação da Constituinte é pelo regime parlamentar de governo, embora mantida a eleição direta de presidente da República", ponderou o jovem senador José Fogaça (PMDB-RS). "A campanha das diretas não prosperará porque não há inclinação majoritária da Constituinte nesse sentido e a população não está considerando a eleição direta como saída para a crise econômica."

"O PCB não quer se somar às forças da direta que querem desestabilizar o governo e a transição democrática. Quer concluir a transição com a promulgação da nova Carta. Para nós, o mandato deve ser de quatro anos", disse Augusto Carvalho (PCB-DF).